

REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA

SANTOS, Robson Alves dos - UFG/CAC - robson.alves@msn.com

MENDES, Estevane de Paula Pontes - UFG/CAC - estevaneufg@gmail.com

ET: Desenvolvimento profissional e trabalho docente/ nº 02

Agência Financiadora: - CAPES

Introdução

Na sociedade contemporânea a atualização permanente é o ponto chave diante de suas constantes transformações e das novas exigências e necessidades da sociedade em vigor. Assim torna-se necessário uma reflexão a respeito do processo de educação e formação de educadores no momento atual, nos indagando se estes atendem as exigências da sociedade. Assim, há a preocupação de uma prática pedagógica inovadora que torne os alunos críticos, reflexivos e investigadores contínuos em suas respectivas áreas do conhecimento, caracterizando assim por uma prática pedagógica inovadora.

O processo de formação docente vem passando por um momento de transição, no qual a sociedade também passa por constantes transformações, tendo o educador a necessidade de reformulação e atualização de acordo com as novas necessidades da sociedade contemporânea. Diante desses fatos, obriga-se a pensar em um novo modelo de formação docente, que reveja o currículo de formação de professores, e questione se estes cumprem seu papel com a sociedade, traçando previamente o profissional que se pretende formar, baseando-se nas necessidades da sociedade. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo estudar o processo de formação docente em Geografia, destacando a importância de uma formação contínua, voltada para a pesquisa, a dicotomia entre licenciatura e bacharelado, e a necessidade de uma formação que tenha como foco os problemas da sociedade.

Materiais e metodos

Para a realização da pesquisa foi feita uma revisão da literatura, com o aporte teórico de autores como Callai (2003), Leão (2008), Moreira (2008), Marques (2006),

Oliveira (1989), Pontuschka, Paganelli e Cacete (2004), e Vesentini (1989 e 2006), enfatizando os novos paradigmas de formação docente atual e o processo de ensino aprendido em Geografia. Na pesquisa documental analisou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), pareceres, projetos e matrizes curriculares.

Desenvolvimento

A reflexão acerca da formação docente no país surgiu a partir da década de 1930 com a expansão da escolaridade em todos os níveis e, conseqüentemente, emergiram as discussões sobre o profissional que está se formando e sua importância para a sociedade. Ressaltaremos aqui uma preocupação, em especial, com a formação do professor de Geografia, o projeto pedagógico, a grade curricular do curso de graduação em Geografia e a divisão bacharelado e licenciatura.

Tendo em vista os novos referenciais de formação de profissionais da educação, particularmente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), esta última sendo publicada pela Resolução CNP/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, observa-se que um dos principais problemas enfrentados hoje pelos cursos de licenciatura refere ao tratamento dispensado por parte desses cursos aos processos de investigações.

A criação das DCN para os cursos de licenciatura a partir da publicação da Resolução CNP/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e do Parecer CNE/CP 9/2001 tinha como função principal promover uma terminalidade e integralidade própria para os cursos de licenciatura. O objetivo era que, com as DCN, os cursos de formação de professores no geral, e conseqüentemente, os de formação de docentes em Geografia não tivessem uma formação submetida a uma cultura bacharelesca como estava ocorrendo.

Leão (2008), em sua pesquisa sobre a influência das DCN na formação do professor em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), constatou que as DCN não cumpriram com seu objetivo na prática, que era de fazer dos cursos de licenciatura projetos específicos, independentes do bacharelado. O autor constatou que os cursos de licenciatura ainda são submetidos a uma situação de inferioridade perante o bacharelado, sendo estas consideradas apenas como anexos ou complementação dos cursos de graduação.

Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007), em seu estudo sobre o atual processo de formação docente e o ensino aprendizagem em Geografia no Brasil, no qual apontam possíveis caminhos para uma melhor qualidade do ensino de Geografia, afirmam que os cursos de formação docente, historicamente desde 1930, têm se caracterizado como cursos fracos, devido ao processo de expansão do ensino superior ter se dado, principalmente, pela via de privatização e pelo fato de serem, na sua grande maioria, cursos de instituições privadas de ensino, formando profissionais presos a um modelo clássico de formação. A formação docente no país era/é vista numa posição secundária na ordem das políticas educacionais, acarretando uma desvalorização da profissão docente e a consolidação da tutela político estatal sobre o professorado.

Esses fatores têm refletido no processo de ensino aprendizagem. Os professores são vistos como incapazes no quesito competências pedagógicas, como resultado de sua má formação docente. Masseto (2006), em sua obra sobre a importância da competência pedagógica por parte dos professores universitários, faz uma reflexão sobre a estrutura organizativa do ensino superior no Brasil, afirma que essa formação privilegiava somente o domínio de conhecimentos, pois “quem sabe, sabe ensinar”.

A partir da década de 1970 inicia-se um movimento pela valorização da formação docente no país, uma reação a um modelo em crise, que concebia o professor somente como repassador de informações e que sua formação deveria ser apenas técnica. A partir dessa reação, surge um novo modelo de formação docente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB) apontou algumas mudanças para os cursos superiores, como a formação de educadores, prioritariamente, em nível superior, mediante a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Com as DCN a licenciatura ganharia terminalidade e integralidade própria em relação ao bacharelado, se consolidando como um projeto único e específico, diferenciado do bacharelado. Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007) colocam que os cursos de licenciatura sempre aparecem numa situação de inferioridade, ou seja, o curso técnico-científico ganha maior importância, enquanto a licenciatura é vista como um curso complementar e secundário.

Para Callai (2003) essa dicotomização entre bacharelado e licenciatura não deve existir, os dois devem ser um só, tendo a mesma importância, não cabendo

uma hierarquia entre essas duas habilitações, destacando que o geógrafo deve ter a base de sua formação sólida e única, não cabendo uma divisão entre ambos.

Ainda em relação a licenciatura e ao bacharelado, Vesentini (2006) diz que o curso de Geografia deve formar bons profissionais docentes ou não, devendo este ter um curso básico, que seja pluralista, abrangendo as diversas áreas da disciplina geografia, visto que formar especialistas é uma atribuição dos cursos de especialização e de pós-graduação. Diante dessa realidade, o autor coloca que se deve fazer uma escolha acerca do professor de Geografia que se pretende formar, para qual escola e para qual sociedade.

Callai (2003) corrobora com essa discussão, acrescentando que os cursos de graduação em Geografia, não devem se preocupar em separar a formação do graduando (licenciatura e bacharelado), mas sim em assegurar uma unidade intrínseca a essa formação. A autora ainda afirma que o graduando deve saber fazer uma análise geográfica, e também manusear os instrumentos necessários e adequados de sua profissão. É fundamental que ele articule esses conhecimentos com uma postura pedagógica, realizando uma interação entre o conhecimento produzido pela humanidade e os sujeitos que participam de suas ações.

Nesse mesmo contexto, Vesentini (2006) argumenta que a grande preocupação dos cursos de Geografia é formar profissionais voltados para a Análise Ambiental, Planejamento Urbano e para futuras especializações. Somente os cursos fracos e de menor nível, ou seja, aqueles que não conseguiram o reconhecimento de seu bacharelado e possuem apenas licenciatura voltam-se para a formação de professores. O autor denomina essa prática como uma cultura bacharelesca em que é mais importante o diploma e o aspecto formal.

A partir dessas questões abordadas, acredita-se que a formação docente necessita passar por mudanças em suas grades curriculares acadêmicas. Assim, é sugerido que o currículo desses cursos não apresente uma listagem de disciplinas obrigatórias, ou grades fechadas, mas sim um conjunto de competências e habilidades que permita estabelecer o perfil do profissional que se deseja formar, baseando-se nas transformações e necessidades da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões trabalhadas percebe-se o quanto é importante o papel do professor de Geografia na sociedade, além da importância de sua qualidade, pois

este age diretamente na esfera social, formando opiniões e propiciando o desenvolvimento crítico, reflexivo e intelectual da sociedade. Pensar um bom professor de Geografia é pensar em mudanças na sua formação, o que nos faz refletir e questionar acerca do atual educador de Geografia, nos perguntado se este está acompanhando as transformações da sociedade, pois o professor visto apenas como o meio entre informações e alunos está ultrapassado. Assim, acredita-se que a formação docente deve passar por mudanças em vários sentidos, trançando o perfil do profissional que se deve formar e baseando-se na evolução da sociedade.

Outro fator importante refere-se à distinção dada pelos cursos de graduação ao bacharelado e a licenciatura, como se um não dependesse do outro. Diante disso ressalta-se a importância de formar um geógrafo, no sentido completo da palavra, que saiba pesquisar, planejar, que se preocupe com o meio-ambiente, que tenha didática, que saiba lidar com a sociedade, que ministre boas aulas, sendo que para tanto, o ensino de Geografia deve ser pluralista, abrangendo todas as áreas do conhecimento geográfico, não havendo espaço na graduação para uma dicotomia entre bacharelado e licenciatura. Tanto a Geografia Física precisa da Geografia Humana, como esta última precisa da primeira, desta mesma forma, a licenciatura precisa do bacharelado e vice-versa, um necessita do outro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. MEC. CNE. Despacho do Ministro sobre Parecer CNE/CP 009/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/index>>. Acesso em: 18 set. 2010.
- CALLAI, H. C. **A formação do profissional da geografia**. 2. Ed. Ijuí: 2003. 80 p.
- LEÃO, V. P. **A influência das diretrizes curriculares nacionais do Ministério da Educação e Cultura para a formação de professores de Geografia da educação básica em nível superior**. 2008. 121 f. Tese (Doutorado em Geografia e análise ambiental) – Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- MASSETO, M. T. **Competências pedagógicas do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003. p. 11-83.
- PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007. 383 p.
- VESENTINI, J. W. A formação do professor de Geografia — algumas reflexões. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Geografia em perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 235-240.